



ATA DA 157ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 30/04/2014, sob a presidência do Senhor Secretário Wanderley Meira do Nascimento, realizou-se a 157ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Posse dos novos conselheiros do CADES para o Biênio 2014-2016 para mandato de 23/04/2014 a 23/04/2016.
2. Discussão e votação das Atas da 35ª Reunião Plenária Extraordinária e 156ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

Ordem do dia

1. Eleição para escolha do Conselheiro representante do CADES no CONFEMA.
2. Votação do calendário das reuniões plenárias para 2014
3. Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

Anexos:

- Atas da 35ª Reunião Plenária Extraordinária e 156ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
- Calendário das reuniões plenárias para 2014.
- Ficha de Composição de Câmaras Técnicas do CADES para o mandato de 04/2014 a 04/2016
- Ficha de Cadastro de Conselheiro.



ATA DA 157ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Bom dia a todos e a todas. Quero parabenizá-los aqui por mais uma reunião do CADES. Desde já também, parabenizar aos novos membros do Conselho, que tomaram posse nesta reunião. E fazer uma breve observação, antes que o Damasceno dê continuidade aos trabalhos. Da importância de se ter o Conselho, na cidade de São Paulo, e com essa composição, com essas características. Eu costumo dizer, em vários lugares que eu tenho ido por aí ao longo da minha caminhada na administração pública, que nós temos que prestar muita atenção daqui para frente, há alguns anos a gente vem discutindo isso. Eu penso que o formato da administração pública hoje, nesse país, precisa ser rediscutido de uma forma muito séria e contundente. E não estou falando da cidade de São Paulo. Estou falando do Brasil. Na administração pública, sobretudo no âmbito municipal, acabou se criando uma espécie de *Frankenstein*. Você não tem concurso há muitos anos. Não se tem mais a prática do concurso. E também não se tem a prática de formadores de gestores. Então, quando eu digo *Frankenstein* é porque você tem os serviços terceirizados, e também não tem os gestores capacitados para dar conta dessa gestão. É por isso que eu digo "*Frankenstein*". Então eu penso que no médio e longo prazo, com certeza, esse tipo de fórum, esse tipo de Conselho, eu acho que ele vai ser uma prática, não só aqui para a cidade de São Paulo, mas para o geral. Que é cada vez mais a sociedade participando de forma efetiva das grandes decisões, e não só isso, mas também participar efetivamente, por dentro da administração pública. Eu costumo dizer, em relação a essa questão ambiental mais específica que eu participo desses movimentos ambientais desde a guerrilha ambiental. Por que guerrilha ambiental? Porque há alguns anos atrás, lá pelos idos de 70, nós éramos tratados como "loucos". Eu me lembro que a gente fez um movimento em Angra dos Reis, por causa do reator, e da implantação da usina nuclear, e nós abraçamos o reator, enfim, foi uma confusão. Nesse dia havia uma série de pessoas que estão até hoje aqui, trabalhando nessa área. Mas naquele momento, a gente chamou de guerrilha ambiental. Em outro momento nos dedicamos a formatar políticas públicas por meio de informação. Então teve um cabedal imenso de leis. No Brasil o que mais se têm são leis. E na questão do meio ambiente a legislação é uma das melhores do mundo. Depois, veio a febre dos planos. Plano para isso, plano para aquilo. Planos diretores enfim. Mas os planos também elaborados nesse momento político do nosso país serviram muito mais para preencher as prateleiras, do que para ter uma forma mais efetiva de torná-los práticos. E por último, começaram a aparecer as ONGs. Uma formação do terceiro setor, de fundamental importância, claro, para nós todos, para a cidade, e para o mundo. Eu penso que neste momento, até para voltarmos para a questão do CADES, aí destaco o papel do terceiro setor. Assim, nós não precisamos mais de planos. Nós temos muitos planos. Nós precisamos agora, do terceiro setor, para que ele nos aponte formas e projetos de interferência mais direta na administração pública. O que nós estamos precisando agora, um dos itens, é fiscalização. Ora, se a administração pública não consegue dar conta da fiscalização, eu penso que o terceiro setor tem que forçar a barra mesmo. Ele tem que propor de que formas nós vamos participar? Não. Porque a lei não prevê. Como a lei não prevê? Se a lei não prevê, vá ao órgão competente para fazer as mudanças. Que seria o legislativo. Então isso não é desculpa. Eu penso que daqui para frente, o terceiro setor tem que ter formas mais efetivas de participar por dentro da máquina pública. Acho que esse é o moderno. Esse, eu acho que é a grande novidade para esse país. E vocês contem comigo, porque a minha carreira inteira a prática foi essa. Há pouco, eu estava conversando aqui, com um dos membros desse Conselho, inclusive com o nosso diretor da UMAPAZ, ele me fez uma pergunta: mas da onde você tirou essa ideia? Era outro assunto que a gente estava conversando. Falei: ah, essa ideia vem de longa data, percorrendo uma carreira de participação efetiva junto com a sociedade, sempre respeitando a voz da sociedade organizada, ou não-organizada. Houve um momento em 1989, que eu fiz um Plano Diretor que acabou virando um paradigma. Foi um dos primeiros planos diretores que foi feito, de fato, de forma participativa. Que foi o Plano Diretor de Angra dos Reis, que acabou virando um plano emblemático, porque nós fizemos dois planos, na verdade. Um plano para o espelho d'água, e outro plano para o continente, no mesmo município, e o resultado disso é que tem aquela ilha belíssima que está em um estado de conservação, ainda, muito bom, no estado do Rio de Janeiro. E não foi à toa nem por acaso que foi instalada daquela forma. Foi



ATA DA 157ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

um plano diretor, para a época, muito rigoroso, e a gente conseguiu tornar um terço da ilha em uma área de reserva biológica. Então a rigor, você não pode, sequer, quebrar um galho de árvore, lá. E é por isso que os netos dos senhores com certeza irão para lá, e vão ver uma praia belíssima, que é maior do que Copacabana, e não tem sequer, um caçara. É uma praia virgem. É verdade. Não tem sequer um caçara. Ela é virgem. É uma das pouquíssimas que têm nesse país, com essa dimensão, com esse tamanho. Mas tudo isto é para colocar que este plano, não fui eu que fiz. Esse plano foi feito a várias mãos. Eu me lembro que na década de 80.. isso foi em 1989, 1990, você ter um plano, em uma cidade que na época não tinha 100 mil habitantes, hoje está com mais de 200 mil, mas na época não tinha nem cem mil habitantes, nós fizemos cerca de 350 reuniões. 350 audiências públicas. Até porque, o município, ele tem uma extensão muito grande. Ele tem quase que 80 km de Rio-Santos. Então ele teve... Nós tivemos que fazer essas reuniões, assim, passo a passo. Foi no bisturi. Então, é mais, de novo, para consolidar essa importância desse tipo de fórum. Não só para a cidade de São Paulo, como eu disse, mas a cidade de São Paulo, sempre, ela está trazendo elementos que acabam balizando decisões para o país. Sempre foi assim. E sempre será assim. Outro exemplo é o Plano Diretor de Resíduos, que acabou de ser aprovado na cidade de São Paulo. Que para mim também, foi um plano emblemático, por conta da metodologia. O resultado está muito próximo do Plano Nacional. Mas o resultado tem muito a ver com a metodologia. Uma cidade do porte de São Paulo é o único que foi feito dessa forma. Ou seja, ele foi feito por dentro da administração pública, e foi feito também com várias audiências públicas, inclusive deste fórum. Dando as suas opiniões para chegar em um plano a contento, e de forma de participação efetiva. Era isso. Não vou mais me alongar aqui no tempo. E contem com a Secretaria, contem com a gente. Tudo que for iniciativa que diz respeito a trabalho coletivo. Esse assunto, a gente gosta muito e vai praticar sempre. O meu melhor projeto de arquitetura, enquanto arquiteto, até hoje, foi o projeto que eu fiz para os CECIS, para as três aldeias na cidade de São Paulo, perímetro urbano, que pouca gente sabe disso. Nós temos três aldeias consolidadas no perímetro urbano da cidade de São Paulo. E este projeto também não foi meu. Esse projeto, ele foi feito dentro de uma casa de reza, e com três caciques, e três tupãs. Então o projeto não é meu. Ele foi feito com graveto, no piso de terra batida. Quer dizer, na verdade, na imprensa, eu nunca me coloquei como autor desse projeto. Eu fui um instrumento. Por isso que não aparece o meu nome em lugar nenhum. Só fui um instrumento. Então, contem comigo. Eu gosto dessa prática e venho praticando ao longo dos anos. E mais uma vez, parabeno aqui os novos membros deste fórum. Contem com a Secretaria, e bom trabalho a todos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado, Secretário. Passamos à pauta. Expediente. **Posse dos novos conselheiros do CADES para o biênio de 2014/2016, para o mandato de 23/4/2014 a 23/4/2016.** Damos posse neste momento aos senhores: Secretaria de Governo Municipal, titular, Eduardo Ignácio de Faria, suplente Ricardo Carlos Gaspar. Secretaria de Serviços, Julia Moreno Lara, suplente Roberto Carlos Martins. Secretaria Municipal de Licenciamento, titular, Maria Lúcia Tanabe, suplente - Gilcilene Alves da Silva. Secretaria Municipal de Educação, titular, Viviane de Camargo Valadares, suplente, Hugo Luiz Menezes Montenegro. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, titular, Luiz Oliveira Ramos, suplente, Olga Maria Soares e Gross. Secretaria Municipal de Transporte, Fernando Borges Fortes, suplente, José Carlos Andersen. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, titular, Sergio Krichanã Rodrigues, suplente - Mônica de São Thiago Lopes. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, titular, Ana Maria Modolo Diz, suplente, Rita de Cassia Monteiro de Lima Siqueira. Secretaria Municipal de Saúde. Titular: Helder Auro dos Santos. Suplente: Eliana Sapucaia Rizzini. Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, titular, José Francisco de Almeida Neto, suplente, Sonia Emi Hanashiro Ortega. Secretaria Municipal de Cultura, titular, Marco Antonio Cilento Winther, suplente, Mauro Pereira de Paula Junior. Secretaria de Negócios Jurídicos, titular, Osvaldo Figueiredo Maugeri, suplente, Eduardo Mikalauskas, Ministério de Meio Ambiente, titular, Murilo Reple Penteadro Rocha, suplente, Geraldo Augusto de Siqueira Filho. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, titular, André Dias Menezes de Almeida, suplente, Daniel Glaessel Ramalho. Câmara Municipal de São Paulo, titular, Dalton Silvano, suplente, José Américo. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura



ATA DA 157ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

e Agronomia do Estado de São Paulo, titular, Francisca Ramos de Queiroz, suplente, Ulysses Bottino Peres. Ordem dos Advogados do Brasil, titular, Maria Cristina De Oliveira Reali Esposito, suplente, Thais Maria Leonel do Carmo. Universidades, titular, Eduardo Storopoli – Universidade Uninove. Suplente: Magno Botelho Castelo Branco, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Setor Comercial, titular: Alessandro Luiz Oliveira Azzoni, Associação Comercial de São Paulo, suplente, Cristiane Lima Cortez, Fecomércio. Setor industrial: titular, George Doi, Sindicato da Micro e Pequena Indústria, SIMPI, suplente: Marcio Esteves da Silva, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP. Associações: Marta Amélia de Oliveira Campos, entidade: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Suplente: Marcos Moliterno, Instituto de Engenharia. Centrais sindicais: titular, Fátima Cristina Faria Palmieri, União Geral dos Trabalhadores. Suplente, Nelson Aparecido Cardim, Força Sindical de São Paulo. Organizações não-governamentais, ONGs, com tradição na defesa do meio ambiente: Macro região norte 1, Freguesia do Ó, Brasilândia, Perus, Pirituba, Jaraguá. Titular: Quintino José Viana. Entidade, Associação Beneficente Ousadia Popular: Marco região sul 1, Campo Limpo, M'Boi Mirim. Titular, Maria Cristina Scantamburlo Kisner. Entidade, Fiscais da Natureza. Macro região sul 2, Cidade Ademar, Jabaquara, Santo Amaro. Titular, Nilce Meire Pereira Pinho. Entidade, Associação dos Moradores do Bairro Alto da Boa Vista. Suplente, Cristina Antunes, Associação dos Moradores dos Jardins Petrópolis e dos Estados. Macro região sul 3, Capela do Socorro, Parelheiros. Titular, Claudia Heloisa H. Entidade, Natureza em Paz. Macro região leste 1: Cidade Tiradentes, São Mateus e Itaquera. Titular, Ivo Carlos Valencio. Entidade: Associação dos Moradores do Parque Savoy City. Suplente, José Ulisses Bezerra de França, Centro de Estudos e Meio Ambiente e Integração Social. Macro região 2. Aricanduva, Vila Formosa, Carrão, Vila Prudente, Sapopemba, Ermelino Matarazzo e Penha. Titular: Américo Yuky Kikuta. Entidade, Instituição São Paulo de Ação Voluntária. Suplente, Luiza Josefa de Assis. Associação Beneficente Esportiva Central Leste. Macro região 3: Guaianazes, Itaim Paulista, São Miguel. Titular: Ângelo Iervolino. Entidade: Fórum para Desenvolvimento da Zona Leste. Guarda Civil Metropolitana: titular, Ângela Maria Branco. Suplente, Adilson Alves Dias. Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental e Cultura de Paz. Titular: Helgis Torres Cristófaru. Suplente, André Luis Moura de Alcântara. Departamento de Planejamento Ambiental e Ações Descentralizadas, DEPLAN. Titular, Maria Rosa Pisani. Suplente, Marcella Carmona Wahl Migliacci. Departamento de Parques e Áreas Verdes, DEPAVE. Titular: Carlos Cavalcanti de Araújo. Suplente, Guilherme Ibanez de Santi Ferrara. Departamento de Controle de Qualidade Ambiental, DECONT. Titular: José Antônio Cruz. Suplente, Claudio Benedito Gurdos. Peço uma salva de palma a todos. Damos posse a todos nesse momento. E passamos ao segundo item do expediente, que é a discussão e votação das atas da 35ª Reunião Plenária Extraordinária e 156ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Senhores Conselheiros e Conselheiras, alguma observação? Se não tiver, colocaremos em votação, então, colocando em votação, os senhores Conselheiros e Conselheiras que estão de acordo, permaneçam da maneira que estão. **As Atas da 35ª Reunião Plenária Extraordinária e 156ª Reunião Plenária Ordinária do CADES foram aprovadas por unanimidade.** Ordem do dia: eleição para escolha do Conselheiro representante do CADES no CONFEMA. Senhores conselheiros e conselheiras que queiram se candidatar, por gentileza, levante a mão e deem o seu nome. Alessandro Luiz de Oliveira Azzoni, Associação Comercial de São Paulo. Mais alguém? Seu Ivo. Quem mais? Então, não tendo mais candidatos, nós colocaremos em votação. Vamos pela ordem de apresentação. À favor do Conselheiro Alessandro Azzoni, os Conselheiros que estiverem de acordo, por gentileza, levantem a mão. São 17 votos a favor de Azzoni. Quem é a favor do Ivo, levante a mão. Dois votos para o Ivo. Então, pela votação, eleito como representante do CADES no CONFEMA, o Conselheiro Alessandro Luiz de Oliveira Azzoni, da Associação Comercial de São Paulo. Meus parabéns. Uma salva de palmas para o Conselheiro. Passando à Ordem do Dia, segundo item, vamos à votação do calendário das reuniões plenárias para 2014. Às quartas-feiras, dentro da programação que os senhores já receberam, algum conselheiro ou conselheira tem alguma observação a respeito do calendário? Por gentileza, que se manifeste. Por gentileza, o microfone. O senhor se identifique.



ATA DA 157ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Eduardo: Eduardo. Eduardo Storopoli. Representando aqui o segmento de universidades. Parabéns a todos os conselheiros aqui que estão tomando posse hoje. Ao novo secretário. Com relação à Copa do Mundo, não sei se foi observado...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Foi observado.

Cons. Eduardo: Então está bom. Só isso. muito obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Tomamos o cuidado. Esse ano, a gente tem que tomar cuidado com todas as datas. Então todos os conselheiros e conselheiras de acordo com o calendário? Podemos aprova-lo? Então calendário aprovado, vamos ao terceiro item, que são sugestões para inclusão na pauta da próxima reunião. Por gentileza, Conselheiro.

Cons. Ângelo Iervolino: Ângelo Iervolino, Leste 3, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste. A inclusão seria a questão do Parque Jardim da Conquista e parques da zona leste. Eu venho solicitando, desde o início do mandato anterior, e inclusive, eu trouxe o caso do Jardim da Conquista, umas fotos que nós fizemos no fim do ano passado. Hoje, inclusive, está pior, e eu gostaria de passar para o Presidente. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não. Cristina Antunes, por gentileza, com a palavra. Eu já vou pedir para pegar com o senhor, as fotos, para trazer até o Presidente. Um minutinho só, por favor.

Cons. Cristina Antunes: Bom dia, Cristina Antunes, pela SAJAP. Eu quero solicitar, com base até no que o Secretário já colocou essa questão da fiscalização. Nós temos, desde o mandato anterior, a gente aprovou vários projetos... foram aprovados aqui pelo CADES, e a questão da fiscalização realmente é crítica em relação a esses projetos que foram aprovados. Nós discutimos aqui, inclusive a representante da OAB se colocou com muita veemência com relação a isso, que nós não temos segurança de como está sendo acompanhado cada um dos projetos que foram aprovados aqui. E um deles, especificamente, que é lá na nossa região, nós sabemos que a Secretaria não tem condição. Conversei com o Antonio Cruz já em outras situações, conversei com o metrô, Linha Ouro, que foi aprovada aqui. Não tem condição da secretaria acompanhar par e passo porque não tem gente suficiente. Não têm os recursos humanos necessários. E de fato, em reunião com o metrô, a gente confirmou que o metrô apresenta relatórios, e esses relatórios não são... não é possível que a Secretaria acompanhe par e passo. Então essa questão da fiscalização, Secretário, é absolutamente crucial. Outro aspecto que já foi discutido aqui, e eu solicito, novamente, a presença do Silvano Silvério, que já esteve no CONFEMA, é a questão da fiscalização da operação dos ecopontos, que é uma questão crucial para a cidade. Os ecopontos são equipamento crucial para a cidade, e também não têm um acompanhamento da parte da administração pública. A AMLURB, na verdade, é responsável pela operação dos ecopontos, mas também não tem um acompanhamento próximo por parte das subprefeituras, que são os responsáveis pela fiscalização desses ecopontos. Então é exatamente o que você falou. Quer dizer, a gente tem uma estrutura muito grande. São Paulo é enorme. Tem uma série de projetos que até estão implementados, mas que não são acompanhados como deveriam ser. E eu entendo, reforçando também a sua fala sobre as ONGs, eu entendo que as ONGs podem contribuir para isso. Eu estive conversando com o Elgis logo depois da posse dele, a respeito de projetos que podem ser replicados em toda cidade, que permitem que a sociedade civil faça o acompanhamento, seja o olheiro, formalmente, de projetos que estão em andamento, mas que isso seja de tal forma formalizado, que tenha validade para que os órgãos públicos simplesmente atuem após essa fiscalização da sociedade civil. A sociedade civil, de fato, é o melhor fiscal de qualquer empreendimento na cidade. Então eu queria trazer essas duas questões para a próxima reunião. Se possível, eu sei que eu estou sobrecarregando um pouco o Silvano, mas o CONFEMA aprovou mais ecopontos na cidade, e continuamos sem um ajuste da gestão. E essa questão da



ATA DA 157ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

fiscalização dos empreendimentos que foram aprovados no mandato anterior, eu gostaria de um balanço. Gostaria que viesse, da parte da Secretaria, um balanço de como é que estão esses projetos, o que está sendo cumprido, o que não está. Se os prazos estão sendo cumpridos, e se as condições ambientais exigidas pelas diversas câmaras técnicas através do DECONT, se estão sendo executadas. Obrigada.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Eu vou fazer só:ma observação, rapidamente. Eu vou dar o exemplo do quanto que é possível sim, fazer a fiscalização com a sociedade, sobretudo o terceiro setor. Eu sou membro de um projeto chamado Projeto Orla. Na verdade, o Projeto Orla é um projeto do governo federal, que envolve o Ministério do Meio Ambiente, envolve o Ministério do Planejamento, por meio da SPU. Secretaria de Patrimônio da União. Na verdade, ele é um projeto que a gente chama de... é um projeto de concertação da orla. A orla brasileira que vai desde a isóbata 10, até o limite de maré. O limite de maré é o vai e vem da maré, quem não conhece, é até onde vai a maré cheia, digamos assim. E outro referencial é a lei de 1.831 que é a linha de preamar. Ou seja, é um projeto de toda a orla de brasileira. Eu represento a região sudeste, e eu sou um dos fiscais. Assim, qualquer ação que tiver na região sudeste, de qualquer empreendimento, ou qualquer interferência que tenha nesta faixa, evidente que tem que só tomar um cuidado: eu não tenho a caneta para multar, para fazer os procedimentos legais, não pode mesmo. Agora, podemos ser olheiros. O que eu faço é liga imediatamente, eu tenho um telefone que eu ligo na hora. E aí, toma as medidas. Quer dizer, é isso mesmo que você colocou. É ser olheiro. Eu acho que isso... eu defendo sim, que tenha que ter este item na próxima pauta, que eu acho que ele é relevante aí, para o momento.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não, Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Eu não sei como é que a gente poderia proceder com relação a isso, Secretário. Mas hoje, está sendo votado o PDE na Câmara Municipal. E esse PDE, eu sei que houve participação através de Associações, de audiências públicas e de uma outra oficina, mas quem olhou cuidadosamente o texto, vê que não houve preocupação nesse PDE, com a questão ambiental, no nível... Nem no nível do solo nem no nível do subsolo. Nós apresentamos uma contribuição técnica, elaborada pela entidade Gaia, com relação a essa preocupação, o que acontece no nosso subsolo? E a preocupação desse Plano Diretor é do solo para cima. E do solo muito para cima. Porque está propondo uma verticalização intensa ao longo dos corredores de transporte sem levar em conta o impacto ambiental que essa verticalização vai causar. Então nós temos, nós discutimos, em oficinas, em audiências públicas, o impacto em termos de aeração, insolação, bloqueio dos ventos, o problema do subsolo, da estrutura geotécnica do subsolo, mas isso não entrou no texto do Plano Diretor. Então eu não sei como é que esta Secretaria participou, até que ponto essa participação foi efetiva, e se foi efetiva, se foi eficaz, porque realmente, nós estamos em vias de aprovar um plano que vai agravar vertiginosamente as condições ambientais da cidade em termos de ilhas de calor, do agravamento dos lençóis freáticos, e até dos aquíferos que a gente tem. Eu queria conhecer a posição dessa Secretaria com relação a esse aspecto.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Eu acho que isso merece um fórum, uma hora só para isso, porque é longa essa discussão. Mas eu só vou fazer uma observação que o subsolo é de competência da União. Há muitos anos que já é assim. Então me parece que aí você pode até legislar sobre o subsolo, mas jamais acima da legislação federal. A exemplo disso, eu já fiz essa observação em alguns outros fóruns, que algumas pessoas desconhecem esse assunto. Ou seja, você, Damasceno, é dono de um terreno seu, mas seu subsolo não é seu. Se eu achar ouro lá, ou desconfiar que tenha ouro no seu terreno, eu posso ir até o DPRN, eu passo meu registro e é meu. Não é seu. Então, é assim que funciona a legislação federal para a questão do subsolo. Não sei se eu... Eu acho que eu não respondi porque isso merece uma discussão. Mas quem legisla sobre o



ATA DA 157ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

subsolo não é o município. Assim como a lei de uso e ocupação do solo aí sim, ele é só no âmbito da administração pública municipal.

Cristina Antunes: Cristina, SAJAP.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: E na constituinte, inclusive.

Cons. Cristina Antunes: É. Na verdade, Secretário, o subsolo, quando se trata de recursos do subsolo, é da competência federal. Mas por exemplo, um edifício que vai subir 30 andares e que tem que fazer fundações, ele interfere nos lençóis freáticos. E interfere na qualidade do solo que está sendo afetada. Eu dou como exemplo, sempre, a Chácara Santo Antônio, lá na região de Santo Amaro, que está afundando. Isso tem, sim, uma relação com a legislação municipal. Porque não existe a exigência de análise geotécnica antes de começar uma obra. Então o empreendedor que vai fazer essa obra, o pessoal do CREA que está aqui, não identifiquei quem é do CREA que está aqui, conhece muito bem esse problema. Porque os empreendedores têm um custo enorme para fazer as paredes que vão, na verdade, desviar o curso dos lençóis freáticos. E ainda assim, a água mina. Nós fomos na região de Santo Amaro, especificamente. É uma área muito rica em veios de água. Veios de água de alta superfície. Não são os aquíferos. Temos também os aquíferos. O nosso aquífero é sim, regido pela legislação federal. E não é respeitada. Então as duas questões são assim: têm questões que afetam, independentemente da competência de fiscalização, afetam o subsolo. Afetam os cursos d'água, e afetam as nossas reservas de água. A Chácara Santo Antônio está afundando, porque as obras fazem, dentro do projeto, o bombeamento da água que está aflorando, bombeiam para a superfície, para as galerias de águas pluviais. Que não estão dimensionadas para receber essa água de subsolo. Isso daqui está no projeto, e executado e fazem manutenção dessas bombas, qualquer um pode ver a água correndo pela sarjeta. Então tem interferência sim, com o trato do subsolo. Com a gestão desse subsolo. Não dos recursos hídricos, propriamente. Mas da interferência nos recursos hídricos, que são de competência da prefeitura. Tem que haver, sim, uma legislação para esse controle.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Voltando à nossa ata, sugestão para inclusão, e o seu assunto o Secretário já falou, podemos criar um fórum, outra reunião para tratar desse assunto, está bom? Mas já está anotado, Cristina.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Damasceno, só para incluir essa questão que ela falou dos recursos hídricos, incluir também nesse debate, quando for adequado, que existe uma coisa que chama-se usinagem da água. Quando eu falo usinagem da água, eu digo quem produz a água. Ou seja, é a própria natureza. Este valor oculto também os municípios não recebem de quem faz a "exploração" da água. No caso nosso aqui, inclusive, a gente está vivendo este momento agora importante para a cidade de São Paulo, mas uma importância ruim. E que ninguém leva em conta isso. A água, ela não cai do céu. Ela não é de uma usina mecânica. É da usina da natureza. E a natureza está em algum lugar. E este algum lugar, geralmente, claro, ela está sempre localizada no município. E isso, em nenhum momento, a legislação fala, a contrapartida para os municípios, para essa questão. Usinagem da água. E vai a minha proposta também por essa questão do solo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Está anotado aqui, Secretário. Eu vou passar a palavra agora para a Ocleres, que é Diretora da Divisão Técnica do CADES e Secretária Executiva desse Conselho para falar sobre a ficha de composição de câmaras técnicas pelo CADES e a ficha de cadastro dos senhores conselheiros.

Secretária Executiva Ocleres: Bom dia. Ocleres, secretária executiva do CADES. Eu quero pedir para os conselheiros que nós enviamos no anexo, a ficha para participação das câmaras técnicas. Caso alguém não tenha trazido hoje, eu tenho aqui para preenchimento, e deixar comigo hoje, e o



ATA DA 157ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

cadastro de conselheiros. Lembrando que as Câmaras Técnicas são de livre escolha. Muito obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Como Coordenador Geral, eu queria agradecer a todos os senhores conselheiros e conselheiras, e vou passar a palavra ao Secretário... A senhora quer falar? Então, dona Cristina, por gentileza.

Cons. Cristina Antunes: Desculpe. Cristina, da SAJAP. Eu queria fazer uma pergunta, porque eu fiquei curiosa com o material que a gente recebeu da Secretaria. Todo mundo aqui teve que assinar uma declaração de ficha limpa. E a declaração de ficha limpa, basta você dizer: "Eu estou com a ficha limpa." É isso? É assim?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Sim. Todos. É.

Secretária Executiva Ocleres: Essa ficha limpa é uma ficha limpa padrão da prefeitura. Você assina, e depois eles fazem uma averiguação lá em SGM. Aí é a presunção que você está dizendo a verdade. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Inclusive, todos os funcionários da prefeitura, eles assinam, a cada seis meses, se eu não me engano, são obrigados a assinar essa ficha limpa. Secretário, a palavra do senhor para encerrar. Por gentileza.

Cons. Alessandro Azzoni: Só em relação dessa questão que a Cristina colocou do PDF, a gente podia pensar em fazer alguma coisa daquelas comissões especiais, só para fazer um acompanhamento, eu acho. Ao invés da gente abrir para discussão em plenário, a gente podia fazer. Faz um grupo especial para essa discussão, apresenta o relatório. Acho que fica até mais produtivo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito e pertinente Já vamos providenciar, e vamos ver uma data e já vamos comunicar aos senhores Conselheiros e Conselheiras. Para encerramento, Presidente. Senhor Ivo, por gentileza.

Cons. Ângelo Iervolino: Por questão de ordem, desculpa. Novamente Ângelo, do Fórum para Desenvolvimento da Zona Leste. Eu, inclusive, o mesmo item que eu falei agora, eu falei em outra ocasião. A questão do aproveitamento das nossas reuniões. Eu sei que hoje a gente teria a pauta de votação, mas não foi derrubada a liminar. Então não pode ser aprovada a questão da Bacia do Aricanduva. Mas a questão de aproveitamento mesmo, das reuniões. Nós, ao longo de todo esse ano, desde a gestão anterior, fizemos diversas reivindicações para que seja incluída na pauta das próximas reuniões. Nós teríamos de iniciar a reunião às 9 horas. Se iniciou depois das 9h30. São 10h13 agora, e a reunião está sendo encerrada. É muito desgastante para nós da sociedade civil, que levamos de duas a três horas para chegar até aqui para ter menos de uma hora de reunião. Eu acho que a gente poderia estar aproveitando mais o tempo com os assuntos que têm sido pautados, que estão aguardando para entrar em pauta. Obrigado. Desculpa.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Respondendo ao conselheiro, nós passamos com antecipação a pauta para os senhores, que hoje era uma posse, era uma sessão não muito extensa, uma sessão solene de dar posse aos senhores, esclarecer alguma dúvida que pudessem tê-las. E por isso que não foi incluído nenhum outro item. O senhor sabe, a cada troca de mandato. Então, por isso que ela foi feita dessa maneira, para não se tornar uma pauta cansativa. Quanto ao horário, eu concordo com o senhor, porque isso, inclusive, é uma reclamação da nossa conselheira Cristina que faz sempre, com toda a certeza de que ela está certa e nós também sabemos, de que se marca uma reunião 9 horas, e ninguém cumpre o horário. Então isso nós tentamos nas últimas, no final do ano, aí, ajustando e dando quórum, a gente dá início, inclusive, sem os demais Conselheiros. Então isso



ATA DA 157ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

são ajustes que nós temos que fazer com a colaboração dos senhores também. Não é só da Secretaria. A Secretaria, ela estava aqui desde as 8 horas, com a sala pronta, à espera dos senhores. Quanto à pauta, eu gostaria, quando a gente abre a pauta para a próxima reunião, como abrindo agora, a pedido da Conselheira Cristina e o Secretário endossou, acrescentando mais um item, e a sugestão do nosso Conselheiro Azzoni de criar uma comissão, são coisas que nós resolvemos aqui. Então se o senhor tiver algum assunto que o senhor queira falar agora, expor aos seus colegas de Conselho, nós estamos à disposição.

Cons. Ângelo Iervolino: É esse documento que eu entreguei de forma não oficial, porque se fosse oficial teria de protocolar, para o presidente da mesa e secretário do Verde e Meio Ambiente, é uma questão que nós, da região de São Mateus, há tempos, estamos solicitando. Os senhores que tiveram a oportunidade de ver as imagens, essas imagens foram realizadas no ano passado. Hoje está mais agravante. Inclusive, eu até necessitaria de um auxílio do Fernando, da Secretaria Municipal de Transportes, que não é admissível que um parque municipal tenha uma linha de lotação que faça ponto final dentro do parque, e sirva o parque como parque de manobra e outros detalhes. Então é admissível. Se a questão depósito de material de construção, restaurante, e fora invasões. Eu não sei, senhor secretário, se nós teríamos mais uns tempos aí. Hoje está presente, inclusive, se fosse possível, pediria autorização para o senhor Ivo, um membro do nosso conselho regional, que é morador da região onde está situado o parque que esteve em vistoria esses dias lá, que tem, inclusive, informações mais atualizadas que a minha. Se fosse possível... Ivo, não tem problema nenhum?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Autorizado pelo presidente.

Cons. Ângelo Iervolino: É o senhor José Ulisses.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Fala no microfone. Por gentileza, fala no microfone. Por gentileza, conselheiro.

Cons. Ivo: Desculpe. Eu desautorizo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Certo. Esse documento que o senhor entregou, já o Secretário estava vendo agora, eu passei ao Diretor do DEPAVE, Carlos Cavalcanti, aqui, à minha direita, que já estava pondo aqui, assunto prioritário para depois verificar e dar resposta ao secretário, para que possamos responder aos senhores. Então esse é um assunto que às vezes, o senhor traz, nós não temos a resposta na hora, principalmente que o Secretário está há 25 dias na cadeira, e os demais diretores também, então eles vão tomar pé da situação, e vão dar uma resposta ao senhor, antes da próxima reunião, o senhor será contatado e terá uma resposta.

Cons. Ângelo Iervolino: A gente não quer polemizar muito, mas assim que iniciou a gestão anterior, nós estivemos aqui juntamente com o subprefeito, chefe de gabinete, conversando com o Secretário Executivo, e até hoje nós não tivemos uma resposta. Eu sei que cada vez que muda a gestão, a pessoa que está tomando posse tem de tomar conhecimento das questões. Mas a secretaria em si, eu acho que tem de ter uma continuidade do trabalho. Não podemos estar, toda vez que há uma substituição de um elemento, começar do zero. Obrigado. E novamente desculpa.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, conselheiro. Depois o diretor do DEPAVE, Carlos Cavalcanti, vai responder ao senhor.

Cons. Ivo: Bom dia a todos, nossos pares aqui. Ivo, da Leste 1. Eu acho que a questão do parque do Jardim da Conquista, é necessário ver se já foi... Ali é uma contrapartida da empresa que estava tocando as obras lá no entorno. E tem que ver se ela já passou realmente, para a Secretaria do



ATA DA 157ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Verde, aquela área, porque há uma invasão lá. Há. Uma área está sendo invadida. E tem que ver se já existe um documento que comprove que já está com a Secretaria aquele parque. É uma questão de identificação. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, o Conselheiro Fernando com a palavra.

Cons. Fernando: Fernando, da Secretaria Municipal de Transportes. Senhor Ângelo, nós já conversamos sobre essa questão. E eu levei pessoalmente até ao Secretário, mesmo. Que a gente já conversou bastante sobre essa linha que atendia aqui a IV Centenário, que foi eliminada. É outro assunto? Ah, dentro do parque? Não. Eu pensei que era aquele assunto que a gente já tinha conversado sobre aquele tema. E só para exemplificar, apesar de não ser minha área. Minha área é a área de obras da SPTrans. Mas é essa área de planejamento de linhas, e não é minha mas a gente entende um pouquinho. Até por convivência e por formação. Eu moro ali na região perto da Giovanni Gronchi, próximo da favela Paraisópolis. E para vir trabalhar, eu poderia pegar o terminal Butantã ali, o metrô, vir até o centro. Só que não existe uma linha que faça o trajeto da Giovanni Gronchi vindo da João Dias, até o terminal Butantã do metrô. Não existe uma linha sequer. E até houve um debate interessante, que falou que o Morumbi é bairro de rico, que não usa ônibus nem metrô. Só que esquece que tem cem mil moradores na favela Paraisópolis e 60 mil no jardim Colombo que poderiam estar usando essas linhas. Então a gente debateu, e realmente tem razão. Está havendo uma reestruturação total no sistema de ônibus, em função até da implantação das faixas exclusivas. Seccionamento de várias linhas, está havendo muito transbordo, está havendo muita reclamação em relação a isso. Esse assunto, depois eu falo contigo pessoalmente, na saída. Eu anoto direitinho o que é, . Eu fui levado a pensar que era aquele assunto da linha que dava acesso aqui, à IV Centenário. Não, não. Eu fui meio traído pela memória, aqui. Obrigado.

Cons. Carlos Cavalcanti: Carlos Cavalcanti de Araújo. Sou diretor do DEPAVE. Eu recebi agora aqui, o senhor entregou para o nosso presidente, nosso Secretário. Têm umas fotos e têm alguns pontos que o senhor citou e está marcado, gravado em fotos. Esse parque, ele foi originário de um termo de compensação da DERSA, que fez a operação do Jacu-Pêssego. Foram dois parques que vieram para nós. Eu preciso levantar se esse parque já está conosco. Isso daí eu vou lhe dar na próxima reunião, se esse parque já passou para a DEPLAN, no caso, para a Secretaria, formalmente. Independente disso, essas providências, essas ocorrências que o senhor citou, elas vão ser vistoriadas hoje. Alguns técnicos nossos vão lá, hoje. E se o senhor deixou aí a sua direção, o seu telefone, hoje, ainda, eu vou lhe dar uma posição sobre isso. Independente da resposta que vai ter que ser dada porque isso entrou na pauta. Pode ficar tranquilo.

Cons. Ângelo Iervolino: Em nome dos moradores do Jardim Conquista e arredores, nós agradecemos. Porque na realidade, eu não sou morador, precisamente, da área. Eu faço parte do Conselho Regional de Meio Ambiente da subprefeitura de São Mateus, onde foi levado esse caso, e como obrigação da gente, nós vistoriamos, não somente esse, mas os 10 parques que estavam para ser inaugurados... Alguns foram, alguns já têm gestores. Eu estou com os dados do senhor, porque recentemente, nós, do Conselho da APA do Carmo, enviamos um documento a respeito de uma polêmica danada. Plantio das cerejeiras no parque, e eu vou passar o resumo completo da vistoria de todos os parques. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mais algum conselheiro ou conselheira? O senhor quer falar?

Orador não identificado: Primeiro eu tenho que agradecer esse trabalho que o senhor está fazendo. E que isso sirva de exemplo para todos. A prefeitura tem recursos finitos. Não são infinitos. Recursos financeiros, recursos econômicos, recursos humanos, e a participação da sociedade nessa nossa empreitada é muito bem-vinda. Muito obrigado.



ATA DA 157ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mais algum conselheiro ou conselheira que queira se manifestar? Passarei então ao presidente, para encerramento.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Eu queria agradecer aqui a todos os senhores, membros do Conselho, de estar aqui nesta véspera de feriado até este horário. E também fazer uma observação, que eu acho que as reuniões grandes não são necessariamente as melhores. Eu acho que a eficiência também é isso. Você pautar as coisas de forma pragmática, de forma rápida, clara, lúcida. Eu acho que é melhor do que ficar horas e horas em um debate, porque cansa e acaba não sendo tão conclusivo assim. Mas só para finalizar, de novo, da importância de fóruns iguais a esse, eu tenho colocado isso em vários debates, várias oportunidades, até a título de informação, porque a imprensa não tem informado o suficiente no meu entendimento. A cidade de São Paulo está, há mais de 30 dias sem fazer licenciamento. A cidade de São Paulo está proibida, por força da justiça, de não fazer licenciamento, por conta de um entendimento que a Resolução CONAMA 140 e a Lei 247, pelo entendimento da justiça, não é de competência da prefeitura de São Paulo e sim, do estado de São Paulo. O estado de São Paulo, é bom também que se observe, está parceiro nessa luta. Desde o primeiro momento. A Cetesb não tem as condições físicas para fazer licenciamento para toda a cidade de São Paulo. Ela tem dito isso diuturnamente. E tem colocado isso, inclusive, dentro de processo. Então o problema não está no estado de São Paulo. Que fique bem claro. E aí, mais uma vez, para reforçar esse tipo de fórum, eu estive na reunião do CONSEMA a semana passada, aonde foi aprovada uma resolução que vem no sentido de não... é claro que ela não tem nada que ver com a ação civil pública, porque o CONSEMA é uma coisa, ação civil pública é outra. Mas a resolução sim, ela vai balizar a decisão, tanto do Tribunal de Justiça quanto do Supremo Tribunal. Ela baliza, ela orienta. Porque ela vai tornar inócuo aquilo que a justiça entendeu que era inconstitucional. Ou seja, o convênio que foi assinado com a Cetesb e também a 247. A partir daí, eu penso que não tem mais nenhum outro óbice que não seja aprovado no Supremo. A perdurar essa situação, só a título de informação, a cidade de São Paulo, hoje, ela conta com... em torno de 100, 120 processos e projetos de relevância, importantes para a cidade, importantes para a economia, importantes para o desenvolvimento da cidade, do tipo Infraero está parado, a ITA, que é uma estação de tratamento de água que é do governo do estado, da Sabesp, que é na Boa Vista. Ela precisa ser licenciada para resolver, no curto prazo, a transposição das águas da Guarapiranga para aqueles bairros que hoje são abastecidos pelo Cantareira. LO, ele LAU, ele precisa de Licença de Operação. Inclusive para inauguração desse jogo. Para o jogo inaugural. Eu citei aqui, alguns, porque claro, não me lembro de todos. Mas têm uma série de outros projetos de fundamental importância para a cidade, que estão parados há 30 dias. Sem contar com o mercado. Sem contar com os prejuízos que já estão acarretando para o mercado, que tem as suas multas contratuais porque eles têm prazos. Eles têm prazo para obter o alvará não, mas o habite-se. E o habite-se só sai se você tiver o TCA. É pressuposto básico. E o TCA também, nós estamos proibidos de emitir, porque ele é um item do licenciamento. Então aqui é mais a título de informação, essa situação que nós estamos vivendo em São Paulo hoje. Todos os dias eu acordo, vou correndo para todos os jornais para ver se sai alguma coisa. E até hoje está no mesmo patamar. Ou seja, a gente está aguardando agora, a justiça. A gente espera que não vá também, para o STF. Porque aí vão ser outros prazos, e a cidade fica aí, parada, e todos à mercê dessa questão que está, cada vez, nesse país, mais judicializada. E aqui eu não estou fazendo nenhuma crítica enfática à justiça. Mas de fato, é o que está acontecendo no dia a dia. Eu acho que esse judicialismo é também por conta da falta dessa fiscalização. Como não há essa fiscalização de forma mais efetiva, em todos os aspectos, a justiça acaba tomando nas mãos, as decisões que, no meu entendimento, nem sempre diz respeito a este poder. Mas eu acho que isso tudo faz parte dessa grande confusão que a gente está vivendo aqui nesse país, por conta de algumas ações que deveriam ser de responsabilidade de determinado setor, ou de um poder, que acaba não fazendo. O outro faz, e vira um pouco dessa confusão que a gente está vivendo. Então mais uma vez, parabéns a todos, sobretudo para os novos membros nesse Conselho, os senhores, as senhoras... e que cada vez mais eu espero que este fórum tenha discussão sim, acalorada, e com eficiência. Eficiência é fazer rápido a discussão. Evidente que tem discussão que pode demorar mais.



ATA DA 157ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Mas aí é outro fórum. É outro formato de fórum, que não é esse. Esse daqui é para tomada de decisão com a urgência que a cidade de São Paulo merece. Obrigado a todos.

Cons. Cristina Reali: A OAB e o Tribunal de Justiça em uma parceria de comissões de conciliação, referente às questões ambientais. Porque é exatamente isso, tem a (incompreensível) judiciário, e todas as questões, entraves jurídicos e litígios, ficam, e nós sabemos como é a morosidade do nosso judiciário. Então nós vamos ter, a partir de agora, diante do TJ aqui de São Paulo, inovar com comissões de conciliação para resolver, antes que judicialize. É importante, aqui, até, em uma próxima oportunidade, até convido a todos para participar na Comissão de Sustentabilidade, Meio Ambiente da OAB, sobre essa discussão, que vai atender a toda a sociedade civil, e também ao poder público.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Agradecemos a Cristina da OAB. Obrigado. Damos por encerrada a 157ª Reunião Plenária Ordinária. Dia 30/4. Muito obrigado a todos.

Wanderley Meira do Nascimento

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros presentes:

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI
AMÉRICO YUKI KIKUTA
ANA MARIA MODOLO DIZ
ANDRÉ DIAS MENEZES DE ALMEIDA
ANGELA MARIA BRANCO
ANGELO IERVOLINO
CARLOS CAVALCANTI DE ARAÚJO
CRISTINA ANTUNES
EDUARDO STOROPOLI
FERNANDO BORGES FORTES
GEORGE DOI

HELDER AURO DOS SANTOS
HELGIS TORRES CRISTÓFARO
IVO CARLOS VALENCIO
JOSÉ ANTONIO CRUZ
JOSÉ ULISSES BEZERRA DE FRANÇA
LUIZ OLIVEIRA RAMOS
MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA REALI ESPOSITO
MARIA LUCIA TANABE
MARIA ROSA PISANI
MONICA DE SANTIAGO LOPES

Conselheiros suplentes presentes:

ANDRÉ LUIS MOURA DE ALCÂNTARA / CLAUDIO BENEDITO GURDOS / GUILHERME IBANEZ DE SANTI FERRARA / HUGO LUIZ MENEZES MONTENEGRO / JOSÉ CARLOS ANDRESEN / JOSE ULISSES BEZERRA DE FRANÇA / MAGNO BOTELHO CASTELO BRANCO / OLGA MARIA E GROSS / RITA DE CASSIA MONTEIRO DE LIMA SIQUEIRA

Conselheiros com justificativa de ausência:

DALTON SILVANO / EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA / JULIA MORENO LARA / MARIA CRISTINA SCANTAMBURLO KIRSNER / MURILO REPLE PENTEADO ROCHA

Coordenador Geral:

Luis Eduardo Peres Damasceno

Secretária Executiva:

Ocleres Harkot